



PROCESSO Nº	27.161-6/2020
PRINCIPAL	MATO GROSSO PREVIDÊNCIA
GESTOR	ELLITON OLIVEIRA DE SOUZA
SERVIDORA	CIZINA FEITOSA CORONHEIRO
ASSUNTO	APOSENTADORIA
RELATOR	CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de análise e registro do **Ato n.º 10.107/2020**, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 21/10/2020, que reconheceu o direito à aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais à **Sra. Cizina Feitosa Coronheiro**, servidora efetiva no cargo de Profissional Técnico Nível Médio Serv Saúde SUS B-010, 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, contando com 34 (trinta e quatro) anos, 08 (oito) meses e 18 (dezoito) dias, lotada na Secretária de Estado de Saúde, Município de Cuiabá-MT.

2. Em sede de relatório técnico preliminar¹ de aposentadoria voluntária simplificado, a então Secretaria de Controle Externo de Previdência, apontou a seguinte irregularidade:

ELLITON OLIVEIRA DE SOUZA – ORDENADOR DE DESPESAS
/ Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

1) LB15 RPPS- GRAVE-15. Ocorrência de irregularidades no processo de concessão de benefícios previdenciários (Legislação do MPS; legislação específica do ente).

1.1) Encaminhar documentos que comprovem o vínculo do servidor com o ente, conforme Nota Informativa SEI nº 1/201901/08/1979 a 28/02/1980; 17/02/1983 a 01/03/1984 e 16/09/1987 a 05/09/2000. – Tópico- 2. Análise técnica.

¹ Documento Digital nº 73740/2021
ima





3. Após ser citado, o órgão de origem encaminhou a documentação² solicitada, sanando a irregularidade apontada.
4. Em relatório técnico de defesa³, a 5ª Secretaria de Controle Externo concluiu pelo saneamento da irregularidade e registro do **Ato nº 10.107/2020**, bem como pela legalidade da planilha de proventos integrais.
5. O Ministério Público de Contas, por meio do **Parecer n.º 3.320/2022**, subscrito pelo Procurador de Contas, Dr. Gustavo Coelho Deschamps, verificou o preenchimento dos requisitos legais e opinou pelo registro do **Ato n.º 10.107/2020**, publicado em 21/10/2020, bem como pela legalidade da planilha de proventos integrais pela última remuneração.
6. É o relatório.

(assinado digitalmente)

Conselheiro **SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA**
Relator

² Documentação Digital nº 92788/2021

³ Documento Digital nº 173036/2022

